

UE REFORÇA MECANISMOS DE DEFESA DE DIREITOS COMERCIAIS

O [Parlamento Europeu \(PE\) aprovou](#), no dia 23 de outubro, uma proposta de regulamento visando defender de forma mais rápida e eficiente os direitos da União Europeia (UE) ao abrigo de acordos de comércio internacionais.

No essencial, a proposta visa conferir à UE o direito de suspender ou retirar concessões ou outras obrigações previstas no âmbito de acordos comerciais, com o objetivo de; a) responder a violações, por parte de países terceiros, de regras de comércio internacionais que afetam os interesses da UE e b) de reequilibrar concessões ou outras obrigações no âmbito de relações comerciais com países terceiros, sempre que o tratamento concedido às mercadorias da União, na importação, for alterado.

Atualmente, à exceção de algumas situações, a [UE só pode adotar medidas de retaliação](#) depois de recorrer a um processo legislativo ordinário, que demora em média de 15 a 31 meses. A UE acredita que essa demora afeta sua capacidade de exercer efetivamente seus direitos,

dentro dos prazos definidos em acordos de comércio internacionais.

Com o novo regulamento, a Comissão Europeia (CE) passa a poder adotar as medidas de política comercial que julgar adequadas através de um simples ato de execução, nomeadamente nos casos em que a) um país não cumpra uma decisão de arbitragem sob as regras de solução de controvérsias multilaterais ou bilaterais; b) países terceiros adotem medidas de salvaguarda bilaterais / regionais que restringem indevidamente o comércio da UE; e c) um membro da OMC modifica suas concessões à UE ao abrigo do artigo XXVIII do GATT 1994 e não fornece uma compensação para a UE.

Nesses casos, por meio da adoção de medidas de política comercial, a CE poderá suspender concessões pautais, instituir direitos aduaneiros novos ou mais elevados, introduzir ou aumentar restrições quantitativas às importações ou às exportações de mercadorias ou suspender concessões no domínio dos contratos públicos.

Nesta Edição

Biocombustíveis: adiamento da reforma europeia gera incerteza no mercado	Pág 02
Nova PAC: manutenção da política de subsídios agrícolas	Pág 02
Proteção de dados pessoais: legislação europeia afeta empresas brasileiras	Pág 03
Acordos Internacionais	
UE e Canadá fecham acordo político na direção do livre comércio	Pág 04
UE e China definem bases para acordo de investimento e discutem diálogo comercial	Pág 04
UE-Japão: negociações em curso para Parceria Estratégica e Livre Comércio	Pág 04
Bruxelas em Movimento	
Brasil estreia no Enterprise Europe Network (EEN)	Pág 05
Comissão Europeia lança Programa de Trabalho para 2014	Pág 05
Estudo do PE alerta que chegou a hora das PMEs pagarem a conta do REACH	Pág 06
Agenda da UE - destaques de novembro de 2013	Pág 07

Biocombustíveis: adiamento da reforma europeia gera incerteza no mercado

Apesar de a reforma do setor de biocombustíveis europeu ter sido aprovada pelo plenário do Parlamento Europeu (PE) em setembro, a tramitação não avançará rapidamente. Para que isso acontecesse, o PE deveria ter concedido à deputada liberal Corinne Lepage, relatora do projeto legislativo, um mandato para negociar com o Conselho da União Europeia a aprovação do texto final, o que foi negado pelos parlamentares em outubro.

O processo segue assim para o Conselho da UE, que devolverá o texto ao PE com propostas de alteração para nova votação, o que só deverá ocorrer, no entanto, no segundo semestre do próximo ano, após as eleições europeias marcadas para maio.

O adiamento da reforma do setor dos biocombustíveis lança na incerteza a indústria europeia e os parceiros comerciais de países terceiros, tendo sido sendo criticado tanto por organizações ambientalistas, como por investidores em biocombustíveis de segunda geração.

Tal como foi noticiado na edição de setembro do *Informativo de Bruxelas*, a proposta de reforma aprovada pelo PE determinou que a utilização de biocombustíveis produzidos com fontes alimentares, incluindo o etanol de cana, estará limitada em 6% no cumprimento da meta de 10% de energia renovável para o setor de transporte da UE até 2020. Dentro da meta, 2,5% dos biocombustíveis deverão ser de segunda (fontes não alimentares) e terceira (resíduos) gerações, o que poderá incluir o bagaço e a palha da cana e beneficiar as exportações brasileiras.

Na avaliação da assessora sênior para assuntos internacionais da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Géraldine Kutas, baseada em Bruxelas, algumas medidas adotadas são positivas para o etanol brasileiro, tais como o limite de 2,5% para os biocombustíveis de segunda e terceira gerações e a submeta de 7,5% específica para etanol definida dentro da regra votada para a mistura da gasolina. Já o teto de 6% para os biocombustíveis produzidos a partir de matérias-primas agrícolas, incluindo o etanol de cana e o biodiesel de soja, é uma medida potencialmente negativa para o etanol brasileiro, segundo Kutas.

Nova PAC: manutenção da política de subsídios agrícolas

A Comissão Especial de Agricultura (CEA) do Conselho da União Europeia [aprovou no dia 7 de outubro o pacote de reformas da nova Política Agrícola Comum](#) (PAC) para o período 2014-2020 – regras relativas aos pagamentos diretos aos fazendeiros, ao desenvolvimento rural, à Organização do Mercado Único (OMU) e ao financiamento e monitoração da PAC. A aprovação foi resultado do acordo dos aspectos políticos da reforma da PAC fechado durante a reunião tripartida ocorrida em 24 de setembro. Na ocasião, sob a presidência da Lituânia, representantes do Conselho da União Europeia e do Parlamento Europeu resolveram as questões pendentes relacionadas às verbas a ser distribuídas dentro dos diversos capítulos dos regulamentos.

O pacote de reformas da nova PAC deverá ser votado pelo Parlamento Europeu (PE) em sessão plenária no [dia 20 de novembro](#) e pelo Conselho de ministros da agricultura da União Europeia em dezembro, concluindo um trabalho de três anos de intensas negociações.

A nova PAC traz novidades como pagamentos “ecológicos” (regras de compromissos com o meio ambiente) e apoios aos jovens agricultores, mas é pouco ambiciosa nos cortes aos subsídios, considerando que os grandes agricultores, aqueles que recebem mais de 150 mil euros por ano, terão ajuda reduzida em apenas 5%. Em outras palavras, a distorção de mercado por meio de subsídios vai continuar.

Proteção de dados pessoais: legislação europeia afeta empresas brasileiras

Um projeto de lei para [reforçar a segurança da informação nas redes](#) para os cidadãos, empresas e governos foi aprovado pela Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, no dia 21 de outubro.

As emendas preveem multas, por exemplo, de até 100 milhões de euros às grandes empresas, como Yahoo!, Facebook ou Google, que não cumprirem as regras e poderá afetar políticas públicas dos países que mantêm negócios com a União Europeia (UE), incluindo o Brasil. O sigilo de informações que trafegam por esses bancos de dados transnacionais está também em discussão no Brasil, particularmente no que tange ao Projeto de [Lei do Marco Civil da Internet](#).

A reforma da UE da proteção de dados pessoais criará o mecanismo de *“one-stop shop”*, que significa que as empresas, sejam elas europeias ou estrangeiras, terão de lidar apenas com uma autoridade supervisora, e não mais com 28. Trata do princípio de igualdade da rede (todos os dados devem ser examinados igualmente e com a mesma velocidade), conservação de dados e responsabilidade de conteúdo.

O tema foi discutido no Conselho Europeu, pelos chefes de Estado e de governo dos 28 Estados-Membros, nos dias 24 e 25 de outubro. As novas revelações de supostas escutas de líderes – incluindo o primeiro-ministro da Itália, Enrico Letta – pela Agência de Segurança Nacional dos EUA, porém, monopolizaram a reunião de Bruxelas. Com isso, as tentativas de antecipar a implementação de uma nova proposta de regulamentação de proteção de dados (DPR) – fortemente pressionada pela França e pela Comissão Europeia – naufragaram e o compromisso de introdução das regras ficou para 2014.

Contexto

A [proposta da Comissão Europeia \(CE\)](#) chegou ao PE, em 2012, recebeu 4 mil emendas de várias comissões parlamentares, que foram consolidadas em 104 compromissos de emenda. A Libe deu aos relatores, deputados Jan Philipp Albrecht e Dimitrius Droutsas, mandato para negociar com o Conselho da União Europeia (UE). A próxima reunião de ministros da Justiça sobre a reforma de proteção de dados será realizada em 5 e 6 de dezembro de 2013.

A data indicativa para [votação em plenário](#) é março de 2014.

FIQUE DE OLHO!

Com a reforma, as empresas brasileiras e outras com sede fora da UE terão de aplicar as mesmas regras se quiserem fazer negócios com o bloco, pois os reguladores europeus terão poderes para impor multas caso as normas não sejam cumpridas.

ACORDOS INTERNACIONAIS

UE e Canadá fecham acordo político na direção do livre comércio

A União Europeia ([UE](#)) e o [Canadá](#) efetivaram, no dia 18 de outubro, um acordo político sobre os principais elementos que farão parte de um amplo acordo econômico e comercial (CETA). Por meio dele, 99% das tarifas comerciais entre as economias de ambos serão eliminadas e estima-se um aumento de 23% no comércio bilateral de bens e serviços.

Além de reduzir quase todas as tarifas, o acordo vai liberalizar o comércio de serviços, em particular nos setores financeiro, de telecomunicação, de energia e de transporte. O agronegócio está na pauta como prioridade e [segundo a ficha técnica divulgada pelo governo canadense](#), 93,6% das linhas tarifárias agrícolas serão eliminadas quando o acordo entrar em vigor, incluindo o setor lácteo e as carnes bovina e de porco. O acordo também incluirá regras para melhorar a proteção dos direitos autorais e de marca registrada, além de cláusulas para facilitar a circulação dos profissionais e proteger o meio ambiente, os direitos sociais e trabalhistas.

Novas rodadas de negociações, sem datas previstas, ocorrerão a fim de estabelecer os termos técnicos. O texto final será votado pelo Parlamento e pelo Conselho da UE.

As negociações foram lançadas em maio de 2009. [Em 2012, o Canadá foi o 12º parceiro](#) comercial da UE, representando 1,8% do total do comércio exterior da UE. No mesmo período, a UE foi o segundo parceiro comercial do Canadá, depois dos EUA, refletindo cerca de 9,5% do comércio exterior canadense.

UE e China definem bases para acordo de investimento e discutem diálogo comercial

O Conselho da União Europeia aprovou em 18 de outubro o mandato que confere à Comissão Europeia (CE) poderes para [negociar um acordo de investimento com a China](#), visando fortalecer a proteção mútua aos investimentos, reduzir as barreiras aos investimentos europeus naquele país e aumentar a segurança jurídica dos investidores. A conclusão do acordo, prevista para dentro de dois anos e meio, intensificará os investimentos bilaterais e o acesso europeu ao mercado chinês.

No dia 24 de outubro, em Bruxelas, representantes da UE e da China encontraram-se pela quarta vez para impulsionar o [Diálogo Econômico e Comercial de Alto Nível](#) (HED) entre os dois parceiros comerciais. Debateram sobre economia internacional e principais desenvolvimentos econômicos, futuras fontes de crescimento, política industrial, cooperação tecnológica e cooperação aduaneira. O lado europeu foi chefiado pelo vice-presidente da CE, também responsável pela pasta da Economia e Negócios Monetários, Olli Rehn, e pelo comissário europeu de comércio, Karel De Gucht. A equipe chinesa foi liderada pelo vice-primeiro-ministro, MA Kai.

A China é o segundo maior parceiro comercial da UE, depois dos Estados Unidos. Já a UE é o principal parceiro comercial da China. Todos os dias, China e Europa trocam bens na ordem de 1 bilhão de euros.

UE-Japão: negociações em curso para Parceria Estratégica e Livre Comércio

A terceira rodada de negociações do [Acordo de Parceria Estratégica UE-Japão](#) foi realizada em Tóquio, entre 9 e 11 de outubro, sendo o mais importante foro de interlocução entre os dois parceiros econômicos. Na reunião, [os dois lados avançaram as discussões sobre o conteúdo global](#) do acordo e aprofundaram seus conhecimentos sobre as posições de cada um. A próxima rodada acontecerá em janeiro, em Bruxelas.

Entre os dias 21 e 25 de outubro, em Bruxelas, UE e Japão realizaram a terceira rodada de negociações para um Acordo de Livre Comércio. Nas reuniões dos grupos de trabalho, os dois lados avançaram as discussões sobre o conteúdo global do acordo, definindo os setores que farão parte do texto, e aprofundaram os conhecimentos sobre as posições de cada um. O acordo busca uma maior abertura do mercado japonês quanto aos contratos públicos e à redução de barreiras tarifárias e não tarifárias. Ambos os lados almejam a liberalização progressiva e recíproca do comércio de bens, serviços e investimento.

Segundo a Comissão Europeia (CE), um acordo entre as duas potências econômicas deve impulsionar a economia da Europa, aumentando entre 0,6 e 0,8% o PIB europeu, além de proporcionar a criação de 400 mil empregos. Espera-se que as exportações da UE para o Japão cresçam 32,7%, enquanto as exportações japonesas para a UE aumentariam 23,5%.

A próxima rodada acontecerá no começo de 2014.

BRUXELAS EM MOVIMENTO

Brasil estreia no *Enterprise Europe Network* (EEN)

O Brasil participou pela primeira vez da conferência anual do [Enterprise Europe Network](#) (EEN), rede de serviços criada pela União Europeia para ajudar as empresas a inovar e a competir e que é formada por mais de 600 membros, espalhados por 52 países na Europa e no mundo. A rede oferece um conjunto de serviços descentralizados e de proximidade, que apoiam as PME no seu processo de internacionalização e no encontro de parceiros estratégicos para a inovação e o desenvolvimento sustentado dos seus negócios.

O Brasil aderiu à rede EEN em setembro de 2013, através de um consórcio formado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

A conferência anual do EEN ocorreu em Vilnius, Lituânia, nos dias 15 e 16 de outubro. O evento [contou com mais de 750 participantes](#) e foi organizado pela Comissão Europeia (CE) em parceria com a Presidência Lituana do Conselho da União Europeia, a Câmara de Comércio e Indústria de Vilnius e o *Enterprise Europe Network*. O próximo encontro anual será em outubro de 2014 em Turim, na Itália.

Para mais informações sobre a rede, [acesse](#) .

Comissão Europeia lança Programa de Trabalho para 2014

A Comissão Europeia (CE) lançou, em 22 de outubro, o Programa de Trabalho para 2014, que pretende ser “um ano de realizações e implantações”. No comunicado de seu presidente, José Manuel Barroso, que encerrará o mandato em 31 de outubro de 2014, foi apresentada a lista de prioridades com forte foco em resultados para os meses que antecedem as eleições do Parlamento Europeu, em maio do ano que vem.

Dentro do bloco europeu, o programa enfoca o crescimento e o emprego, com atenção especial à taxa de desemprego entre os jovens, que permanece elevada e, segundo o documento, pode resultar em “sérias implicações no longo prazo”.

Além de finalizar a união bancária, o mercado único e a agenda digital, será a oportunidade de discutir perspectivas de longo prazo como energia e mudanças climáticas, moderna política industrial, justiça e políticas internas e Estado de direito. No cenário internacional, o comércio será o tema mais importante da CE; em particular, refere-se o documento à Parceria Transatlântica para Comércio e Investimento (TTIP) com os Estados Unidos.

Leia mais informações neste [link](#).

Estudo do PE alerta que chegou a hora das PMEs pagarem a conta do REACH

A controversa legislação REACH, que pela primeira vez exigiu que as empresas justificassem que os componentes químicos dentro dos seus produtos sejam seguros para o consumidor antes de lançá-los no mercado, foi avaliada em um estudo do Departamento de Política Econômica e Científica do Parlamento Europeu (PE) publicado em outubro e focado nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

O estudo, intitulado “[As consequências do REACH para as PMEs](#)”, reconheceu o quanto o regulamento é oneroso para as PMEs e diagnosticou que metade das empresas consultadas em outubro de 2003 subestimou os custos globais do REACH. Em 2012, a diferença dos prognósticos feitos pelas próprias PMEs somou cerca de 1 bilhão de euros; e em 2018, essa diferença poderá chegar a 1,5 bilhão de euros ou mais, porque será o prazo limite para o registro de pequenas toneladas (entre 1 e 10 toneladas por ano), envolvendo diretamente as PMEs.

O trabalho avalia os impactos do REACH sobre a organização interna das empresas (incluindo recursos humanos), sua estratégia e suas atividades. Também considera a experiência das PMEs com os apoios disponíveis sobre o REACH e constata que o valor agregado da legislação para as PMEs é muito limitado.

Destaques de novembro de 2013

Comissão Europeia – Bruxelas, Bélgica

12

- **Fique de Olho!** A Direção Geral de Pesquisa e Inovação organizou um dia de informação sobre o Horizonte 2020 com as novidades do Programa de Trabalho 2014-2015. Foram dadas orientações sobre a elaboração e apresentação de propostas. Os temas tratados incluíram ação climática, meio-ambiente, eficiência de recursos e matérias-primas. O evento foi transmitido online. [Para mais informações, acesse.](#)

Comissão Europeia – Bruxelas, Bélgica

11 - 15

- [UE e EUA realizaram a segunda rodada da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento](#) (TTIP), originalmente programada para outubro 07-11 e adiada devido à paralisação do governo americano. As equipes de ambos os lados do Atlântico discutiram serviços, investimentos, energia e matérias-primas e questões regulatórias.

Parlamento Europeu – Estrasburgo, França

20

- O plenário votará todos os regulamentos da Política Agrícola Comum (PAC) para 2014-2020. Para mais informações, [acesse.](#)

Comissão Europeia – Vilnius, Lituânia

25 - 30

- A Direção Geral das Empresas e Indústrias promove a quinta edição da Semana Europeia das PMEs, em Vilnius, mas eventos paralelos acontecerão em vários Estados-Membros. Para mais informações, [acesse.](#)